



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 15/03/2022

LEI Nº 1.255/2019.

(Vide Lei nº [1323/2021](#))

CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE VERA CRUZ DO OESTE - PRODEVECO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE VERA CRUZ DO OESTE-PRODEVECO

Seção I

Dos Objetivos do Programa

Art. 1º Fica criado o Programa de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz do Oeste - PRODEVECO, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico do Município por meio de incentivos e ações voltadas ao setor da Indústria e Prestação de Serviços, priorizando a geração de empregos, renda e o aumento da arrecadação tributária.

Parágrafo único. O Programa concederá incentivos tanto para a instalação de novos empreendimentos bem como aos já existentes, localizados ou não no Parque Industrial Antônio Villas Boas.

Art. 2º São objetos do PRODEVECO as empresas dos setores Industrial, Agroindustrial, Agropecuário e de Prestação de Serviços, Associações Cívicas, Cooperativas, Empreendimentos Industriais de Pequeno, Médio e Grande Porte.

~~Art. 2º A Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal, conceder os seguintes incentivos às indústrias que se enquadrarem no Programa de Fomento à Produção, observados os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:~~

~~1 - incentivos fiscais, por um prazo de 10 (dez) anos, às indústrias que venham a se instalar ou ampliar suas atividades no município de Vera Cruz do Oeste, com proposta de geração de 50 (cinquenta) ou mais postos de trabalho, referente à isenção dos seguintes impostos e taxas:~~

- ~~a) Taxa de Licença para Execução da Obra;~~
- ~~b) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;~~
- ~~c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente sobre a construção;~~
- ~~d) Taxa de Licença para Localização e Funcionamento;~~
- ~~e) Taxa de Verificação de Regular Funcionamento;~~
- ~~f) Taxa de Licença Sanitária, após a instalação da indústria;~~
- ~~g) Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.~~

§ 2º A concessão de barracão, do terreno e dos equipamentos ou maquinários, onde está edificado, se dará pelo período de 5 (cinco) anos, com carência de até 1 (um) ano para início do pagamento das parcelas mensais pela utilização dos bens, devendo a

concessionária iniciar suas atividades no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de concessão, e por interesse mútuo das partes o Termo de Concessão de barracão, do terreno e dos equipamentos ou maquinários, poderá ser aditado por 05 (cinco) anos. Redação alterada pela emenda modificativa nº 01/2022.

I - Por interesse mútuo das partes o Termo de Concessão de barracão, do terreno e dos equipamentos ou maquinários, poderá ser aditado por 05 (cinco) anos. (Redação dada pela Lei nº 1388/2022)

Parágrafo único. Caso a empresa e/ou indústria beneficiada pelos incentivos dispostos neste artigo não gerar os empregos no prazo proposto deverá ressarcir o valor do benefício com juros e correção monetária. (Redação acrescida pela Lei nº 1314/2020)

CAPÍTULO II DOS INCENTIVOS

Seção I Incentivos à Industrialização e Prestação de Serviços

Art. 3º O Município poderá conceder os seguintes benefícios, no limite de suas disponibilidades:

I - Serviços:

- a) Execução de obras e serviços de preparo de imóveis localizados no território do Município, onde for possível instalar indústria;
- b) Execução de obras e serviços destinados a dotar as áreas de infraestrutura adequada, especialmente no que se refere ao sistema viário, rede de distribuição de energia elétrica e sistema de escoamento de águas pluviais;

II - Imóveis:

- a) Alienação de terreno, barracões e/ou benfeitorias localizados no Parque Industrial, com valores subsidiados pelo Poder Executivo Municipal, a título de incentivo à industrialização mediante processo licitatório;

III - Concessões:

- a) Concessão de Direito Real de Uso ou Concessão de uso de bens que o Município tenha a posse ou propriedade;
- b) Concessão de maquinários e equipamentos de propriedade do município;

VI - Locação:

- a) Locação de imóveis ou barracões próprios, e;
- b) Ou de terceiros pelo município;

§ 1º A concessão dos incentivos de que tratam os incisos I, II e III deste artigo depende de prévio parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

V - Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU:

- a) de forma permanente, às empresas localizadas nos Parques Industriais do município. (Redação acrescida pela Lei nº 1314/2020)

Seção II Da Concessão de Direito Real de Uso ou Concessão de Uso

Art. 4º O município poderá efetuar, preferencialmente, Concessão de Direito Real de Uso ou Concessão de Uso de barracões e terrenos de sua propriedade ou posse, bem como de maquinários e equipamentos.

§ 1º A concessão se dará de forma remunerada, com opção de compra, no caso de barracões e terrenos, sendo que, para os maquinários e equipamentos poderá haver a dispensa da remuneração às Associações Cívicas e Cooperativas precedida de processo licitatório, previsto nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

~~§ 2º A concessão de barracão, inclusive do terreno onde está edificado, se dará pelo período de 20 (vinte) anos, com carência de até 5 (cinco) anos para o início do pagamento das parcelas mensais pela utilização dos bens, devendo a concessionária iniciar suas atividades no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do termo de concessão.~~

§ 2º A concessão de barracão, inclusive do terreno onde está edificado, se dará pelo período de 5 (cinco) anos, com carência de até 1 (um) ano para início do pagamento das parcelas mensais pela utilização dos bens, devendo a concessionária iniciar suas atividades no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de concessão. (Redação dada pela Lei nº 1314/2020)

§ 3º O valor dos bens objetos da concessão será determinado por Comissão especialmente criada para tal fim, sendo utilizado como valor principal a soma da avaliação do barracão e do terreno.

~~§ 4º O valor das parcelas mensais se dará pela divisão do valor da avaliação de que trata o parágrafo anterior por 180 (cento e oitenta), as quais sofrerão correção anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores, ou outro índice que o substitua, iniciando-se a correção no primeiro ano após assinatura do Termo.~~

~~§ 4º O valor das parcelas mensais se dará pela divisão do valor da avaliação de que trata o parágrafo anterior por 48 (quarenta e oito) as quais sofrerão correção anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores, ou outro índice que o substitua, iniciando-se a correção no primeiro ano após assinatura do Termo. (Redação dada pela Lei nº 1314/2020)~~

§ 4º O valor das parcelas mensais se dará com base na avaliação feita por Comissão de Avaliação especialmente designada, as quais sofrerão correção anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses anteriores, ou outro índice que o substitua, iniciando-se a correção no primeiro ano após assinatura do Termo. (Redação dada pela Lei nº 1388/2022)

~~§ 5º A Concessão apenas do terreno, para as empresas interessadas em construir suas próprias instalações, se dará pelo período 20 (vinte) anos, de forma gratuita com opção de compra ao término da concessão, devendo a beneficiária pagar o valor da avaliação então apurado.~~

§ 5º A Concessão apenas do terreno, para as empresas interessadas em construir suas próprias instalações,, poderá se dar de forma gratuita ou onerosa pelo período de 5 (cinco) anos, com carência de até 1 (um) ano para início do pagamento das parcelas mensais pela utilização dos bens com opção de compra ao término da concessão, devendo a beneficiária pagar o valor da avaliação então apurado. (Redação dada pela Lei nº 1314/2020)

1. A empresa beneficiada com a concessão de que trata este parágrafo terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do Termo de Concessão, para iniciar a construção de suas instalações, devendo o término da obra ocorrer no máximo em 270 (duzentos e setenta) dias da assinatura do referido Termo;

a) Casos excepcionais, que demandem maior tempo ou necessitem de prorrogação do prazo de término da obra serão avaliados e julgados pelo CMD, que poderá solicitar Parecer Técnico de Engenharia, preferencialmente do Município, encaminhando sua decisão ao Gabinete do Prefeito para decisão final.

b) A Concessionária deverá iniciar suas atividades no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o término da obra; e

~~e) Em havendo desistência da concessão antes dos 20 (vinte) anos a empresa perderá todas as benfeitorias edificadas sobre o imóvel cedido, as quais ficarão ao Município, sem direito a qualquer indexação.~~

c. Em havendo desistência da concessão antes dos 5 (cinco) anos a empresa perderá todas as benfeitorias edificadas sobre o imóvel cedido, quais ficarão ao Município, sem direito de qualquer indexação. (Redação dada pela Lei nº [1314/2020](#))

~~§ 6º A Concessionária poderá optar pela compra do imóvel, devendo manifestar-se formalmente até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do Termo de Concessão, momento no qual o Município procederá à avaliação dos bens concedidos, sendo que desse valor serão abatidos os valores pagos mensalmente.~~

§ 6º A Concessionária poderá optar pela compra do imóvel, devendo manifestar-se formalmente até 30 (trinta) dias antes do término da vigência do Termo de Concessão, momento no qual o Município procederá à avaliação dos bens concedidos. (Redação dada pela Lei nº [1388/2022](#))

~~1. Caso o valor de avaliação seja inferior à soma dos valores pagos mensalmente, considerar-se-á quitado o bem, não tendo a concessionária direito a indenização ou ressarcimento. (Revogado pela Lei nº [1388/2022](#))~~

~~2. Sendo o valor da avaliação igual ao valor das parcelas pagas mensalmente, o bem estará quitado. Havendo diferença a menor o interessado deverá integralizar. (Revogado pela Lei nº [1388/2022](#))~~

~~3. As ampliações, reformas, melhorias ou benfeitorias que porventura venham a ser realizadas pela concessionária não farão parte da avaliação e os valores gastos não serão utilizados para abatimento e consequente quitação. (Revogado pela Lei nº [1388/2022](#))~~

§ 7º Caso a empresa concessionária não opte pela compra do imóvel, o bem concedido reverterá ao Patrimônio do Município de Vera Cruz do Oeste, as benfeitorias porventura realizadas incorporarão o referido Patrimônio e os valores pagos mensalmente serão tidos como remuneração pela utilização do bem, não cabendo qualquer indenização ou ressarcimento, devendo a mesma desocupar o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias.

~~§ 8º A transferência do imóvel para a Concessionária somente ocorrerá após o término da Concessão e da quitação total do valor do imóvel, entendida esta, quando não se enquadrar nos incisos I e II do § desse artigo, como o efetivo pagamento ao Município da diferença entre a avaliação realizada nos últimos 30 (trinta) dias do término da Concessão e os valores pagos mensalmente durante a mesma.~~

§ 8º A transferência do imóvel para a Concessionária somente ocorrerá após o término da Concessão e da quitação total do valor do imóvel. (Redação dada pela Lei nº [1388/2022](#))

§ 9º A concessionária que optar pela compra do bem dado em concessão, somente poderá vender o mesmo após o período mínimo de 03 (três) anos da data de aquisição. Passado tal período e optando pela venda, a mesma somente poderá ser realizada para pessoas jurídicas, mediante parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e aprovação do Poder Executivo.

Seção III Da Alienação

~~**Art. 5º** O município poderá, quando constatada a impossibilidade ou a não vantajosidade da concessão, alienar os terrenos que compõem o Parque Industrial, desde que observada a Legislação aplicável, devendo o pagamento ser à vista, observados os encargos previstos nos parágrafos seguintes.~~

Art. 5º O município poderá, quando constatada a impossibilidade ou a não vantajosidade da concessão, alienar os terrenos que compõem o Parque Industrial, desde que observada a Legislação aplicável, devendo o pagamento ser à vista quando os valores avaliados forem menor ou igual a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acima desse valor poderão ser parcelados em até 6 (seis) meses, sem incidência de juros. (Redação dada pela Lei nº [1314/2020](#))

§ 1º As áreas alienadas deverão ter uma taxa de ocupação mínima de área construída de 30% (trinta por cento) da área do terreno, salvo requerimento formal do interessado, plenamente justificado e aceito pelo Município.

§ 2º A empresa que adquirir o imóvel pela alienação terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do contrato, para iniciar a construção de suas instalações, devendo o término da obra ocorrer no máximo em 270 (duzentos e setenta) dias da assinatura do referido Termo;

a) Casos excepcionais, que demandem maior tempo ou necessitem de prorrogação do prazo de termino da obra serão avaliados e julgados pelo CMDE, que poderá solicitar Parecer Técnico de Engenharia, preferencialmente do Município, encaminhando sua Decisão ao Gabinete do Prefeito para Decisão Final.

§ 3º Ainda que quitado o bem, o adquirente somente poderá vender o mesmo após o período mínimo de 5 (cinco) anos da data de aquisição. Passado tal período e optando pela venda, esta somente poderá ser concretizada para empresas industriais ou prestadores de serviços, mediante parecer favorável do CMDE e aprovação do Poder Executivo.

Seção IV

Da Locação

Art. 6º O município de Vera Cruz do Oeste poderá efetuar incentivo mediante locação de barracões próprios, para indústrias, pelo período máximo por empresa de até 60 (sessenta) meses, com carência de até 24 (vinte e quatro) meses para início do pagamento mensal, cabendo ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE deliberar sobre o valor.

Art. 7º O município fica autorizado a efetuar o pagamento de Locação de Imóveis de propriedade de terceiros, para fins indústrias, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado 01(uma) vez por igual período, para atender a demanda de instalação de indústrias no município de Vera Cruz do Oeste.

Art. 8º O período de locação fica condicionado à disponibilidade de barracões pelo Município no Parque Industrial Antônio Villas Boas.

§ 1º Findo o prazo indicado no artigo 7º, incluindo prorrogação, a empresa beneficiária desse incentivo deverá desocupar o imóvel no prazo, sendo que, se optar por sua permanência deverá tratar diretamente com o proprietário, sendo de sua inteira responsabilidade a locação, ficando o Município isento de qualquer obrigação.

§ 2º Os incentivos de locação de imóveis de terceiros ficam limitados ao máximo de 10(dez) locações por ano, computadas neste caso, eventuais prorrogações.

§ 3º O município apenas arcará com as despesas de locação, sendo as demais despesas quaisquer que forem de inteira responsabilidade da empresa beneficiada pelo incentivo.

§ 4º O valor das locações será de no máximo 10 (dez) URM ao mês por locação, devendo ser estipulado de acordo com a área, metro quadrado de construção, localização, conservação e manutenção do estabelecimento.

§ 5º Caso a empresa interrompa suas atividades temporária ou definitivamente, o Município suspenderá o pagamento, devendo as despesas rescisórias ser arcadas pela empresa beneficiada, que deverá desocupar o imóvel imediatamente.

Seção V

Do Enquadramento no Programa

Art. 9º Para obter quaisquer dos incentivos descritos no artigo 3º desta Lei o interessado deverá apresentar requerimento dirigido ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, no qual especificará os incentivos pretendidos e juntará os seguintes documentos:

1. Requerimento em Formulário próprio
2. Fichas Cadastrais preenchidas, com Descrição do Empreendimento;
3. Contrato Social Consolidado;
4. Alvará de Funcionamento atualizado;
5. Cartão CNPJ e Inscrição Estadual;
6. Cópia do CPF, RG (*nº ocultado*) comprovante de endereço dos sócios;
7. Certidão Negativa da Empresa junto ao Município;
8. Última Folha de Pagamento, comprovada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED ou E-social, quando couber;

[IX - Apresentação de Cronograma Físico e Financeiro de Implantação da Indústria; \(Redação acrescida pela Lei nº 1314/2020\)](#)

[X - Declarar por escrito o conhecimento desta Lei; \(Redação acrescida pela Lei nº 1314/2020\)](#)

[XI - Cópia da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; \(Redação acrescida pela Lei nº 1314/2020\)](#)

§ 1º No caso de instalação de uma nova empresa, será admitida a protocolização do requerimento sem os documentos especificados nos incisos III, IV, V, VII e VIII.

§ 2º O Conselho de Desenvolvimento Econômico poderá solicitar aos interessados informações e/ou documentos complementares que julgar indispensáveis para a avaliação do empreendimento.

§ 3º A empresa que apresentar proposta de geração de emprego inferior a 5 (cinco) empregos diretos não fará jus aos benefícios previstos nesta Lei.

§ 4º Aos Microempreendedores Individuais interessados nos benefícios será permitido a participação nas concorrências públicas, devendo, no prazo do art. 15, III, ser procedida a alteração de sua natureza jurídica que permita atender as propostas apresentadas, tais como geração de emprego, faturamento, etc.

Seção VI

Da Concorrência Pública

Art. 10. O julgamento para a escolha da empresa a ser beneficiada com os incentivos da presente lei seguirá os critérios aqui estabelecidos, sendo escolhida como vencedora aquela que apresentar a maior pontuação, que será obtida pela soma do total de pontos de cada critério, que é resultado da multiplicação dos pontos pelo respectivo peso:

CRITÉRIO	PONTOS	PESO	TOTAL DE PONTOS
Número de empregos gerados diretamente (mínimo de 05)	0 a 4: desclassificada 5 a 8: 4 9 a 12: 6 13 a 20: 8 21 acima: 10	5	Resultado da multiplicação dos pontos pelo peso
Maior valor	10 1º lugar receberá 10 pontos, diminuindo-se progressivamente a pontuação em 1 ponto para as demais proponentes, em ordem decrescente de classificação.	3	Resultado da multiplicação dos pontos pelo peso
Já estiver instalada no município	1	2	Resultado da multiplicação dos pontos pelo peso

Art. 11. Na concessão gratuita de terreno, o critério Maior Valor não será utilizado para o julgamento e seleção da proposta vencedora.

Art. 12. Em caso de empate, na soma total dos pontos, será adotado como critério de desempate o constante do §2, do art. 45, da Lei Federal n 8.666/93.

Seção VII Da Fiscalização

Art. 13. As empresas beneficiadas deverão apresentar e comprovar, no início da Concessão e anualmente até o final de todo mês de abril, ao CMDE, relatório que comprove o numero de empregados devidamente registrados, de acordo com as exigências constantes do Edital e da proposta.

§ 1º A proposta de geração de empregos apresentada pela Concessionaria deverá ser atendida e mantida durante a concessão, devendo ser atendida no mínimo na seguinte proporção: Ano 1: 20%, Ano 2: 50% e Ano 3: 100%, devendo a concessionária apresentar relatórios que comprove o número de empregos.

Seção VIII Das Condições Gerais

Art. 14. Para atender às finalidades desta Lei, o Município de Vera Cruz do Oeste aplicará os recursos orçamentários específicos previstos na Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo ainda captar outros recursos de transferências voluntárias, tais como convênios, doações, receitas provenientes da alienação dos terrenos do Parque Industrial e outras fontes com destinação específica.

Art. 15. Na formalização dos compromissos de compras e venda ou ainda de termos de concessão de direito de uso a serem outorgadas, é obrigatório o compromisso expresso do adquirente ou concessionário, exigindo-se ainda:

I - Apresentação de protocolo de aprovação dos projetos arquitetônicos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

II - Início da obra em até 08 (oito) meses;

III - Conclusão das instalações necessárias para o início das atividades no prazo de 12 (doze) meses.

§ 1º Os prazos deste artigo são contados a partir da data de assinatura do compromisso de compra e venda ou termo de concessão de direito de Uso.

§ 2º As áreas alienadas ou outorgadas em concessão de direito de uso terão uma taxa de ocupação mínima de área construída de 30% (trinta por cento) da área do terreno, salvo requerimento formal do interessado, plenamente justificado e aceito pelo Município.

Art. 16. A concessão dos incentivos, não isentam os beneficiários do cumprimento da legislação aplicável, especialmente a de proteção do meio ambiente, cabendo ao município tomar as medidas destinadas ao aperfeiçoamento do desenvolvimento econômico de seu território.

Art. 17. As despesas relativas aos bens dados em concessão ou alienados pelo município deverão ser arcadas pela concessionária ou adquirente do respectivo bem.

Seção IX

Das Condições Para Suspensão e Revogação Dos Benefícios

Art. 18. Cessarão automaticamente os incentivos concedidos pela presente Lei quando os beneficiários:

1. Paralisarem suas atividades por mais de 90 (noventa) dias;
2. Deixarem de exercer atividade, sublocarem, arrendarem, cederem em comodato ou de qualquer outra forma transferirem a terceiros o imóvel e/ou instalações, sem a prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;
3. Atrasarem o pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas decorrentes de concessões;
4. For constatada por qualquer autoridade fiscal, quer do Município de Vera Cruz do Oeste ou de qualquer outro órgão governamental, a prática de atos com o intuito de fraudar a legislação fiscal ou outras situações similares visando ao não recolhimento integral ou o recolhimento a menor de tributos ou contribuições de outra natureza.
5. Diversificar o ramo de atividade, sem anuência prévia do CMDE e do Poder Executivo;
6. Descumprir as cláusulas, projetos ou prazos pactuados;
7. Decretar falência ou instalação de insolvência civil;
8. Deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, bem como, comprovada a má-fé na utilização dos benefícios concedidos;
9. Atrasar a implantação do projeto; e
10. Deixar de atender e manter a geração de empregos na proporção fixada no §1º do art. 13.

§ 1º O município poderá a qualquer tempo rescindir o Termo de Concessão, sempre que se evidenciar prejuízo ou ameaça ao interesse público.

§ 2º As dívidas da beneficiária dos incentivos perante o erário municipal serão cobradas independente de qual infração tenha cometido;

Art. 19. As escrituras e demais instrumentos que formalizarão a concessão ou alienação dos imóveis deverão conter cláusula de reversão do bem concedido ou alienado ao Município de Vera Cruz do Oeste, quando a empresa beneficiária deixar de cumprir as exigências da presente lei.

~~§ 1º Nos casos em que a beneficiária dos incentivos necessitar oferecer o terreno em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações poderão ser garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município de Vera Cruz do Oeste;~~

§ 1º Nos casos em que a beneficiária dos incentivos necessitar oferecer o terreno em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações poderão ser garantidas por hipoteca em primeiro grau em favor do Município de Vera Cruz do Oeste. (Redação dada pela Lei nº 1314/2020)

§ 2º Ocorrendo a hipótese de venda em hasta pública do bem em decorrência da garantia ofertada ao banco nas condições referidas no parágrafo anterior a empresa arrematante, se for o caso, deverá atender as exigências previstas na legislação municipal em vigor.

Art. 20. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei acarretará na reversão dos imóveis ao patrimônio do Município, inclusive em relação às benfeitorias porventura incorporadas, sem qualquer direito à indenização.

Art. 21. Cabe ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, acompanhar, fiscalizar e exigir das empresas que receberam algum dos incentivos desta lei, o fiel cumprimento daquilo que foi pactuado.

Art. 22. Reverterá ao patrimônio do Município, com os respectivos acréscimos, os bens destinados aos incentivos desta Lei, caso não cumpridas às finalidades constantes do contrato com o Poder Público, ou respectiva escritura pública, sem prejuízo de indenização e das implicações civis pertinentes, que a interesse do Município forem promovidas para o ressarcimento dos eventuais danos.

Seção X
Das Multas

Art. 23. Por descumprimento das condições e exigências da presente Lei ficam estipuladas as seguintes multas:

1. Multa de 02(duas) URM's por:

a) Atraso do término da obra, disposto no inc. I do § 5º do art. 4º e

§ 2º do art. 5º;

b) Diversificar o ramo de atividade sem as devidas anuências, conforme dispõe o inc. V do art. 18;

c) Transferir benefícios sem os devidos pareceres conforme preconiza o inc. II do art. 18;

d) Dar destinação diversa do projeto original sem prévia autorização, conforme dispõe o inc. VIII do art. 18.

2. Multa de 03 (três) URM's por:

a) Atraso no início das atividades que dispõe o § 2º do art. 4º;

b) Atraso no início da construção de suas instalações, conforme inc. I § 5º do art. 4º e

§ 2º do art. 5º;

c) Atraso no início das atividades, conforme inc. I § 5º do art. 4º;

d) Deixar de desocupar o imóvel no prazo constante

§ 7º do art. 4º;

e) Deixa de apresentar relatório que comprove o número de empregados, conforme dispõe o art. 13;

f) Paralisar suas atividades definitivamente ou por período superior a 90(noventa) dias, conforme dispõe o inc. I do art. 18;

g) Afronta do disposto no inc. IX do art. 18.

3. Multa de 05 (cinco) URM's por:

a) Deixar de atender e manter a geração de empregos na proporção fixada no art. 13;

Art. 24. O atraso no pagamento de qualquer débito oriundo da presente Lei acarretará em multa, juros e correção monetária, bem como inscrição em dívida ativa, conforme Código Tributário Municipal.

Seção XI
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber, através de Decreto Municipal.

Art. 26. As concessões e incentivos em andamento deverão obedecer às legislações vigentes à época de suas concessões, com exceção dos prazos de construção que passarão a contar da publicação desta lei.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrario com as ressalvas

referidas no artigo 26 enquanto vigentes as concessões e benefícios então concedidos sob outras leis municipais, ficando inalterados os incentivos concedidos na vigência das leis anteriores para as pessoas jurídicas que tenham cumprido integralmente as condições para a sua concessão.

Art. 28. Todas as empresas que receberem incentivos do Programa deverão afixar placa de identificação constando os dizeres "Esta empresa recebe apoio da Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste, através do Programa de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz do Oeste".

Art. 29. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Fica revogada a Lei nº **1.150**, de 07 de junho de 2016, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, em 13 de maio de 2019

SERGIO ALVES MADEIRA

Presidente

Ofício nº 41 /2019 Gabinete

Vera Cruz do Oeste, Paraná, 28 de fevereiro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor

Sergio Alves Madeira

DD. Presidente.

Câmara Municipal - Vera Cruz do Oeste - PR

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Senhor Presidente,

Com o presente estamos encaminhando o projeto de Lei N.º ____/2019 que "CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE VERA CRUZ DO OESTE - PRODEVECO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDNEI SGOBI

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Ednei Sgobi, Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste, no uso de suas atribuições legais, vem respeitosamente à presença dos Nobres Edis, apresentar o seguinte projeto de lei:

"CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE VERA CRUZ DO OESTE - PRODEVECO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Município, através do presente projeto, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico do Município por meio de incentivos e ações voltadas ao setor da Indústria e Prestação de Serviços, priorizando a geração de empregos, renda e o aumento da arrecadação tributária.

O projeto estabelece os incentivos que administração pública poderá conceder aos interessados, preve também critérios para o

julgamento das empresas beneficiadas e demais disposições.

Gabinete do Prefeito Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

EDNEI SGOBI

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 21/03/2022